

Relação Anual de Informações Sociais

RAIS - 2006

**Dados Estatísticos da
Empregabilidade no Brasil**

Presidente da República

Luis Inácio Lula da Silva

Ministro do Trabalho e Emprego

Carlos Lupi

Secretário-Executivo

André Figueiredo

Chefe da Assessoria de Comunicação Social

Max Monjardim Maneschy

Secretário de Políticas Públicas de Emprego

Antônio Sérgio Alves Vidigal

Diretor do Departamento de Emprego e Salário

Rodolfo Péres Torelly

Coordenadora-Geral de Estatísticas do Trabalho

Maria Emília Piccinini Veras

EQUIPE TÉCNICA

Maria das Graças Parente Pinto

Carlos Alberto Ramos

Christiane Costa Pimentel

Valdemir Souza Silva

Rosângela Jardim de Farias

Relação Anual de Informações Sociais

RAIS - 2006

**Dados Estatísticos da
Empregabilidade no Brasil**

Brasília
2007

© 2007 – Ministério do Trabalho e Emprego

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.

Tiragem: 2.000 exemplares

Edição e Distribuição: Secretaria de Políticas Públicas de Emprego
Departamento de Emprego e Salário
Coordenação-Geral de Estatísticas do Trabalho
Esplanada dos Ministérios, Bl. F, Edifício-Anexo,
Ala B, Sala 211
CEP: 70059-900 – Brasília – DF
Tel.: (61) 3317-6667
E-mail: cget.sppe@mte.gov.br

Impresso no Brasil/*Printed in Brazil*

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Biblioteca. Seção de Processos Técnicos – MTE

R161 RAIS – 2006 : Dados estatísticos da empregabilidade no Brasil
– Brasília: MTE, SPPE, 2007.

45 p.

1. Relação Anual de Informações Sociais. 2. Emprego formal, Brasil. I. Brasil. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). II. Brasil. Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (SPPE).

CDD – 331.120981

Sumário

Apresentação	7
Uso e Potencialidades da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS-2006	9
I. Introdução.....	9
II. Estoque de Empregos: Evolução e Composição.....	10
III. Evolução Setorial	11
IV. A Questão do Gênero.....	13
V. Educação e Salários.....	14
VI. Faixa Etária: Emprego e Salários.....	15
VII. Tamanho do Estabelecimento: Ocupação e Rendimentos	16
VIII. Segmentação Espacial e Setorial	17
IX. Conclusão.....	19
Características do Emprego Formal, Segundo a Relação Anual de Informações Sociais – 2006.....	21
Introdução	21
Principais Resultados da RAIS – 2006.....	22
I. Emprego.....	25
II. Remuneração	34

Apresentação

Existem iniciativas desenvolvidas no âmbito do Estado que, com o passar dos anos, adquirem tradição e consenso em torno delas, chegando a constituir uma referência que atravessa administrações e governos. A Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) ilustra esse tipo de possibilidade. Criada mediante o Decreto nº 76.900, no ano de 1975, esse registro administrativo foi, no decorrer destes 32 anos, ganhando rigorosidade técnica, flexibilidade nas alternativas de utilização e, talvez pela combinação dessas duas características, ampliando de forma potencial o público usuário. Idealizada como fonte de controle da mão-de-obra estrangeira e, secundariamente, como possível base de dados, a RAIS, com o tempo, foi transformada em referência para o pagamento do Abono Salarial. Hoje, é assumida como sendo um pilar essencial no sistema estatístico do País.

Em termos de cobertura, a fotografia que anualmente nos fornece esse registro administrativo cobre 97% do segmento do mercado de trabalho, sendo reconhecido como um censo do emprego formal. Em 2006, por exemplo, foram identificados quase 35 milhões de vínculos formais, sendo 28 milhões de celetistas e sete milhões de estatutários, além de visualizar quase 14 milhões de assalariados com direito ao abono salarial. Os estabelecimentos que responderam à RAIS somaram quase 6,7 milhões, podendo ser catalogados segundo os mais diversos cortes e perspectivas (tamanho do estabelecimento, setor de atividade, área geográfica, etc.). Ao conter amplas informações sobre os atributos individuais de cada ocupante de um posto de trabalho formal (gênero, idade, escolaridade, etc.), além de características econômicas (tempo de serviço, rendimento, etc.), a RAIS é uma fonte quase inesgotável de informações. Esse inigualável leque de dados, somado à desagregação espacial possível (que chega em nível de municípios), torna a RAIS uma referência para o desenho, o monitoramento e a avaliação de políticas públicas, uma base estatística de riqueza ímpar para a sociedade civil e uma fonte para corroborar e testar hipóteses para os pesquisadores do mundo acadêmico.

As informações dos últimos anos da RAIS vêm se confirmando por outros levantamentos estatísticos, evidenciando um dinamismo na demanda de trabalho formal por parte dos estabelecimentos, comportamento não esperado há alguns anos. A conjunção de ações no âmbito do setor público e da iniciativa privada, com dinâmicas que, na maioria das vezes, manifestam evidentes sinais de sinergia, é responsável por esse resultado.

Esta publicação tem como objetivo realizar uma primeira análise dos dados referentes à RAIS – 2006. Nesse sentido, o público poderá confirmar o dinamismo do emprego, dos rendimentos e da massa de salários que acompanham o atual ciclo de crescimento.

O leitor terá possibilidade de refletir sobre a extensão setorial e geográfica do aumento do emprego, dos impactos sociais propiciados pela elevação do salário mínimo e dos avanços em campos tão diferentes, como o da mulher no mercado de trabalho e os ganhos de escolaridade da força de trabalho. Ademais, poderá verificar que os resultados de 2006 comprovaram que a economia brasileira está no caminho certo, de crescimento substancial, gerando emprego e renda ao povo trabalhador, fruto da acertada política de valorização do salário mínimo dos últimos quatro anos e dos investimentos do Governo Federal na área de infra-estrutura, que se refletiram na criação recorde de novos postos de trabalho, provenientes do crescimento generalizado de todos os setores, em especial do setor da Construção Civil.

Nessa perspectiva, os dados da RAIS – 2006 demonstram que o Estado, cumprindo o seu papel fundamental e eficiente de investir para crescer mais, funciona como a principal locomotiva de geração de emprego e de melhor distribuição de renda para nosso povo trabalhador. Os números nos dão uma dimensão do caminho percorrido e também nos permitem ter uma idéia dos desafios do futuro próximo.

CARLOS LUPI

Ministro do Trabalho e Emprego

Uso e Potencialidades da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS-2006

I. Introdução

- I.1. Um Registro Administrativo (RA) como a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), que pode ser assumido como um censo anual do mercado formal de trabalho (assalariados celetistas e estatutários), possui uma abrangência que está na origem tanto de sua potencialidade como de suas fragilidades. A potencialidade está na sua cobertura (nacional) e nas desagregações factíveis. São muito poucas fontes no Brasil e no mundo que possibilitam ao analista, ao pesquisador e aos formuladores de política desagregações setoriais e geográficas (estas últimas chegam em nível de municípios), tanto em nível do estabelecimento quanto segundo características individuais, tão detalhadas como a RAIS. Ao ser um levantamento censitário, a robustez ou significância dos cruzamentos e dos exercícios econométricos é largamente superior à obtida quando a base sobre a qual se está trabalhando é uma pesquisa amostral. Contudo, restringir a avaliação da RAIS, exclusivamente, a sua potencialidade seria desenvolver uma análise viesada ou parcial, uma vez que nas raízes dessa característica podem ser identificadas, também, certas limitações que merecem ser consideradas pelo analista. Por exemplo, mudanças no setor de atividade de certos estabelecimentos ou falta de declaração de determinados grandes empregadores (como o setor público) podem gerar mudanças no estoque de trabalhadores que, em realidade, são espúrias. No caso específico do ano de 2006, além dessas restrições já históricas e comuns aos registros administrativos em geral, deve ser agregada a alteração na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), que pode ser interpretada como uma verdadeira ruptura da série em certas desagregações setoriais.¹

¹ Sobre este ponto ver a Nota Técnica nº 073/2007.

- I.2. Consciente dessas concretas limitações (que adquirem maior transcendência quanto maiores forem as desagregações realizadas), a RAIS se constitui como uma incontornável fonte de dados para todos os interessados em analisar e estudar o segmento formal do mercado de trabalho no Brasil. As informações contidas nesse Registro Administrativo podem satisfazer as validações empíricas das mais diferentes hipóteses situadas nos mais diversos paradigmas teóricos. À medida que contém dados segundo características individuais (sexo, idade, escolaridade, tempo de emprego no estabelecimento, etc.), além de cortes de cunho mais macroeconômico (setorial, geográfico, etc.), a RAIS é uma base estatística extremamente flexível, capaz de responder às mais diversas demandas.
- I.3. Nos próximos parágrafos, tentar-se-á realizar uma série de exercícios que devem ser assumidos como ilustrações do potencial que oferece a RAIS, mas de nenhuma forma esgotam os cruzamentos factíveis. Em geral, a escolha das relações pretendeu acompanhar as correlações mais usuais na literatura especializada e no debate público.

II. Estoque de Empregos: Evolução e Composição

- II.1. Segundo os dados da RAIS – 2006, existiam 35,2 milhões de assalariados no segmento formal do mercado de trabalho (ver *Tabela 1*). Se consideramos que a totalidade do número de ocupados nesse ano estava situada em torno de 89 milhões (PNAD – 2006), pouco menos de 40% dos ocupados compunham o mercado formal de trabalho. Levando em consideração que em 2005 o estoque de assalariados formais era de 33 milhões (RAIS – 2005) e o número total de ocupados, 87,2 milhões (PNAD – 2005), ou seja, que a formalização rondava os 38%, conclui-se que a tendência à formalização do mercado de trabalho continuou em 2006. Comparando-se o número de vínculos formais nas RAIS de 2005 e de 2006, a variação foi, em termos percentuais, de 5,77%, produto da geração de 1,9 milhão de novas oportunidades de emprego.

- II.2.** Em geral, o segmento formal do mercado de trabalho é subdividido em dois grandes subgrupos: os assalariados celetistas e os estatutários. A justificativa dessa divisão tem origem nas diferentes formas de regulação da relação assalariada. Os celetistas, por definição, têm vínculo trabalhista regulado pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), podem ser demitidos (com ou sem justa causa), têm direito ao seguro-desemprego, contribuem e têm direito ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), etc. No caso dos estatutários, a possibilidade de ser demitido sem justa causa não é plausível e, portanto, não têm direito ao seguro-desemprego, não contribuem para o FGTS, etc. Ou seja, são relações trabalhistas qualitativamente diferentes. Majoritariamente, o estoque de vínculos formais está constituído por relações reguladas pela CLT. Dos 35,2 milhões de vínculos contabilizados pela RAIS em 31 de dezembro de 2006, 79% (27,7 milhões) eram celetistas e só 21% (7,45 milhões) estatutários. A evolução entre 2005 e 2006 tendeu a favorecer, muito levemente, aos celetistas. O número de vínculos regulados pela CLT aumentou 5,87% entre esses dois anos, sendo o crescimento de 5,40% no caso dos estatutários.
- II.3.** Em geral, os dados da RAIS – 2006 confirmam uma trajetória de crescimento sustentado do emprego formal, com uma estrutura entre celetistas e estatutários que não parece ter-se alterado de forma significativa.

III. Evolução Setorial

- III.1.** O monitoramento da evolução setorial do emprego é, talvez, o corte mais usualmente demandado. A introdução, já nos dados de 2006, de uma nova classificação por atividades (CNAE 2.0) restringe a comparabilidade intertemporal dos dados no que diz respeito a certas desagregações muito específicas, haja vista que, em razão da implementação da CNAE 2.0, percebeu-se que houve mudanças na classificação de certos estabelecimentos, que podem introduzir distorções nas comparações interanuais.

- III.2.** Em geral, (ver *Tabela 2*), todos os grandes setores de atividade acompanharam a tendência média do emprego e finalizaram 2006 com taxas de variações positivas. Quando os percentuais estão muito distantes da média, as atenções devem ser redobradas, uma vez que, como foi mencionado anteriormente, pode-se estar diante de percentuais espúrios, oriundos de mudanças na classificação setorial. Contudo, nem toda mudança distante da média para todas as atividades deve ser descartada. A prudência indica que as variações percentuais muito distantes da média geral sejam checadas com os indicadores de outras fontes, tanto a respeito do emprego como do nível de atividade. Em 2006, a Construção Civil registra um crescimento do emprego de 11,89%, um aumento relativo muito elevado, mas que parece compatível com os resultados encontrados em outras fontes de dados. O aumento de 24,14% do estoque de assalariados formais na Indústria Extrativa Mineral, contrariamente, induz a pensar que a RAIS está registrando alterações na classificação dos estabelecimentos e, nesse sentido, deve-se ter cautela nos comentários, devendo ler a Nota Técnica que fala sobre o assunto da mudança da CNAE.
- III.3.** As precauções mencionadas no parágrafo anterior merecem ser redobradas, quando se pretende realizar um comparação setorial desagregada geograficamente. Por exemplo, o crescimento do emprego de 21,80% nos Serviços no Rio Grande do Sul, paralelamente a uma queda de 22,39% na Administração Pública nesse mesmo estado, induz a concluir que se pode estar na presença de uma mudança na classificação e seria prudente não levantar hipótese de maior sofisticação teórica sobre um dado que, muito provavelmente, está sendo afetado por questões vinculadas à declaração dos estabelecimentos.
- III.4.** À margem dessas precauções particulares, os dados da RAIS – 2006 assinalam crescimento generalizado entre os setores, com os três principais ramos de atividade evidenciando dinamismo: Indústria de Transformação (+7,52%), Comércio (+5,41%) e Serviços (6,84%).

IV. A Questão do Gênero

- IV.1.** As questões vinculadas à discriminação estão ocupando espaço privilegiado no debate público. A variável de gênero (sexo) ocupa um lugar particularmente importante nessa discussão não unicamente pela sua relevância em termos de igualdade econômica, social e política, mas também pela qualidade das informações nas fontes de dados sobre esse quesito, qualidade que outorga base empírica robusta para as diversas posições. Nesse contexto, a RAIS pode ser uma base estatística que subsidia o debate e a formulação de políticas públicas consistentes com os objetivos de igualdade.
- IV.2.** Segundo os dados da RAIS – 2006 (*ver Tabela 4*), as mulheres constituíam quase 41% do estoque de vínculos formais. Na comparação com os dados de 2005, a conclusão é nítida: o número de postos de trabalho ocupados por pessoas do sexo feminino aumentou em um percentual muito superior (6,59% *versus* 5,21%) ao registrado no caso dos empregos ocupados por homens.
- IV.3.** Esse avanço na feminização da força de trabalho no Brasil pode ser vista como progresso em termos sociais. Contudo, esse diagnóstico deve ser contextualizado mediante a introdução de outras variáveis de cunho mais qualitativo. A título de ilustração, pode-se avaliar a qualidade da força de trabalho feminina. Os dados da RAIS evidenciam que a escolaridade da mulher é, em geral, largamente superior à observada para os homens, ou seja, 21% das mulheres ocupadas no setor formal possuem um grau de instrução superior completo, sendo o percentual de somente 10,57% no caso dos homens. Esse diferencial é enorme e merece uma explicação. Em geral, o processo de feminização da força de trabalho pode não ser recente, mas foi aprofundado nas últimas décadas, justamente quando a escolarização da força de trabalho feminina vem se mostrando superior à dos homens.

IV.4. Contudo, se a feminização da força de trabalho do País pode ser assumida como um avanço em termos sociais, a avaliação não pode se esgotar nesse indicador, uma vez que a mulher pode estar sofrendo um processo de discriminação. Se fala em discriminação quando, diante de tarefas iguais, qualificação semelhante, setores similares e em áreas geográficas idênticas, a remuneração da mulher é inferior à do homem. Ou seja, a mulher teria sua remuneração reduzida exclusivamente pelo fato de ser do sexo feminino. Os dados da RAIS são úteis para avaliar essa discriminação. Não obstante apresentar uma maior escolaridade (*ver parágrafo anterior*), a remuneração média da mulher foi, em 2006, quase 17% inferior à observada para os homens (*ver Tabela 8*). Paradoxalmente, essa discriminação parece acentuar-se com a escolarização. Quando a faixa de escolaridade é a mais baixa (analfabeto), os homens apresentam um rendimento 21% superior ao das mulheres. Quando observamos o intervalo mais elevado (superior completo), esse percentual atinge um patamar quase inusitado: 75%. Ou seja, não obstante avanços em termos de feminização da mão-de-obra, os dados sugerem que profundos processos de discriminação contra a mulher ainda estão presentes. Essa discriminação pode estar em processo de redução (o aumento nos rendimentos em 2006 foi de +5,46% para o caso dos homens e + 6,74% quando o sexo é feminino). Contudo, dada a magnitude dos diferenciais, a discriminação parece um fenômeno estrutural com um horizonte de tempo não-negligenciável para sua reversão.

V. Educação e Salários

- V.1.** Hoje a educação permeia uma enorme variedade de temas econômicos e sociais, que vão desde os impactos de uma população mais educada sobre o crescimento potencial até os vínculos entre escolaridade e distribuição de renda e pobreza.
- V.2.** Se considerarmos que existe alguma correlação entre salários e produtividade, os dados da RAIS parecem confirmar a hipótese sobre a existência de um estreito paralelo entre grau de

instrução e salários (ver *Tabela 8*). Seja para os homens, seja para as mulheres, quanto mais elevado o grau de instrução, maior a remuneração. O rendimento médio de um trabalhador com curso superior completo é 507% superior ao verificado no caso dos analfabetos.

- V.3.** Um dado a ser estudado com maior profundidade diz respeito à variação desses rendimentos. Os dados da RAIS – 2006 assinalam que, em termos de poder de compra, os extremos da distribuição foram os que apresentaram os maiores ganhos: analfabetos (+9,77%) e superior completo (+7,21%). Dois fatores podem estar na origem desse comportamento. Por uma parte, o aumento no valor real do salário mínimo pode estar afetando, positivamente, os rendimentos dos assalariados formais situados no intervalo mais baixo da distribuição. Ou seja, teríamos uma política pública que estaria beneficiando os ocupados mais desqualificados e que apresentariam os menores rendimentos. No outro extremo, o dinamismo de mercado, demandando mão-de-obra qualificada, estaria beneficiando o extremo superior da distribuição. Os intervalos intermediários, ainda que apresentem todos eles ganhos em termos reais, não se estariam beneficiando da elevação do piso salarial e, por outra parte, poderiam estar sendo penalizados por uma oferta de mão-de-obra com níveis médios de escolaridade cada vez mais abundantes.

VI. Faixa Etária: Emprego e Salários

- VI.1.** A variável idade tem desdobramentos tanto econômicos como sociais. Em termos econômicos, maior participação da população das menores faixas etárias na força de trabalho pode estar comprometendo sua formação (escolarização) e limitando o crescimento potencial futuro. Por outra parte, problemas de inserção no mercado de trabalho nos extremos da distribuição etária (jovens e pessoas próximas à aposentadoria) poderiam sinalizar dinâmicas de exclusão social.

- VI.2.** Os dados da RAIS – 2006, (*ver Tabela 5*), sugerem um processo positivo: queda do emprego dos jovens entre 16 e 17 anos (-2,07%). Esse fato pode estar sendo a contrapartida de uma maior escolarização. Logicamente, no caso de pesquisas posteriores assinalarem que a contração do número de ocupados nessa faixa etária ser reflexo de maiores dificuldades no processo de inserção na vida ativa, a avaliação seria contrária. Mas, em princípio, quedas no emprego dos jovens devem ser assumidas como sendo um objetivo social a ser perseguido, uma vez que maiores níveis de escolarização propiciarão melhores rendimentos no futuro ou, no mínimo, melhor distribuição das oportunidades de ocupar postos de trabalho de qualidade.

VII. Tamanho do Estabelecimento: Ocupação e Rendimentos

- VII.1.** A variável tamanho do estabelecimento é reiteradamente mencionada quando se pretende elevar a intensidade de trabalho por unidade de produto e, simultaneamente, atacar problemas vinculados à pobreza ou reduzir a disparidade de rendimentos. Os pequenos estabelecimentos teriam maior utilização de mão-de-obra por unidade de produto (seriam mais intensivos em trabalho) e seriam um complemento das políticas de emprego. Nesse sentido, a RAIS possui vantagens comparativas sobre os levantamentos domiciliares, uma vez que a variável tamanho do estabelecimento possui melhor qualidade nesse Registro Administrativo.
- VII.2.** Os dados da RAIS, (*ver Tabela 6*), assinalam que o maior contingente de empregados formais está ocupado em grandes estabelecimentos. Em 2006, 26% dos vínculos estavam concentrados em estabelecimentos com 1.000 empregados ou mais. Em geral, também são os que criam mais empregos, tanto em termos absolutos como relativos. No ano em análise, 32% dos novos empregos foram gerados nesse intervalo. Em termos relativos, a correlação parece nítida: quanto maior

é a faixa, maior é o percentual de aumento. Os estabelecimentos com até quatro vínculos apresentaram aumento de 3,68% em 2006, sendo a variação de 7,13% no caso dos estabelecimentos com 1.000 ou mais vínculos.

- VII.3.** A correlação também é estreita entre tamanho do estabelecimento e rendimentos médio: maior o tamanho, maior o rendimento (*ver Tabela 10*). Os estabelecimentos com 1.000 vínculos ou mais pagam, em média, 200% a mais que seus similares com até quatro vínculos. A variação do poder de compra dos rendimentos entre 2006 e 2005 não apresenta uma correlação definida, ainda que o maior percentual (8,21%) seja registrado nos estabelecimentos com mais de 1.000 vínculos.
- VII.4.** Esses dados devem ajudar a qualificar o debate e, no caso do objetivo ser a priorização dos pequenos estabelecimentos, o desenho de políticas públicas merece levar em consideração as correlações encontradas na RAIS.

VIII. Segmentação Espacial e Setorial

- VIII.1.** Usualmente as pesquisas introduzem cortes setoriais ou espaciais para avaliar em que medida essas variáveis são relevantes para explicar o diferencial de salários. Como no caso da discriminação (*ver Seção IV*), a segmentação setorial ou espacial trata de elementos que, considerando as demais variáveis dadas (escolaridade, gênero, idade, etc.), o fato de estar empregado em um setor ou em uma área geográfica é um elemento importante para explicar as distâncias entre rendimentos.
- VIII.2.** Determinar a importância dessas duas variáveis requer exercícios econométricos que os dados da RAIS permitem implementar. Sem pretender aprofundar no tema, a variável geográfica parece um fator a ser estudado. Os dados desse registro administrativo referentes ao ano de 2006 indicam que, por exemplo, o rendimento médio do Distrito Federal

é 213% superior ao observado no Maranhão (*ver Tabela 7*). Logicamente, esse diferencial pode ser explicado por diversas variáveis (escolaridade da mão-de-obra, por exemplo), mas políticas de desenvolvimento regional e redução das desigualdades devem determinar que parte dessa distância se origina em determinantes geográficos.

- VIII.3.** O estudo dessa segmentação que, em geral, obedece a elementos estruturais mais que a conjunturais, pode ser complementada pelas variabilidades conjunturais. As variações no poder de compra entre os anos de 2005 e 2006 adquiriram uma extrema dispersão. As variações são todas positivas, mas abrangem um leque que vai de um máximo de 17,87% (no caso do DF) até um mínimo de 2,69% em São Paulo. Uma dispersão dessa magnitude merece pesquisas particulares, e a RAIS, pelo seu potencial de desagregação, que não perde representatividade, é uma candidata ideal para testar hipótese.
- VIII.4.** As mesmas considerações que foram realizadas nos parágrafos anteriores sobre a segmentação regional podem ser imaginadas tendo como referência uma dimensão setorial (*ver Tabela 9*). O rendimento médio nas Instituições de Crédito, Seguros e Capitalização é 400% superior ao observado na Agricultura. Obviamente, variáveis como a qualificação dos indivíduos, tempo de serviço, etc. podem ser cruciais para explicar essa distância. Contudo, o fato de um indivíduo estar empregado em um setor pode ser um elemento que, considerando as demais variáveis constantes, seja relevante para entender as desigualdades e ajudar ao desenho de políticas para sua redução.
- VIII.5.** As variações entre 2005 e 2006 devem ser assumidas com um certo cuidado. Com efeito, alterações na classificação setorial podem ter como corolário alterações nas remunerações que não sejam oriundas de movimentos em conjuntos homogêneos. O aumento do poder de compra de quase 47% na Indústria Extrativa Mineral deve ser assumido com muita precaução, uma vez que esse setor já registra movimentos inusuais na variação do emprego (*ver parágrafo III.2.*)

IX. Conclusão

- IX.1.** Os exemplos desenvolvidos nos parágrafos anteriores devem ser assumidos como uma ilustração do potencial da RAIS como fonte para a pesquisa empírica, para o desenho de políticas e mesmo para o monitoramento e a avaliação de programas. Uma vez disponibilizada para a utilização do grande público, os benefícios concretos dessa fonte de dados dependerão da extensão de seu público. Ainda que a RAIS seja uma das principais referências estatísticas entre os estudiosos do mercado de trabalho no Brasil e no exterior, este texto teve como vocação evidenciar, mais uma vez, a riqueza deste Registro Administrativo.
- IX.2.** Os dados da RAIS – 2006 corroboram uma tendência já observada em outras fontes de dados: crescimento da formalidade, generalização desse aumento do estoque de assalariados entre setores, áreas, etc. Emprego formal em crescimento e salários em ascensão manifestam uma elevação na qualidade dos empregos. Contudo, os dados continuam demonstrando enormes desafios em matéria de desigualdade.

Características do Emprego Formal, Segundo a Relação Anual de Informações Sociais RAIS - 2006

Introdução

A RAIS é um registro administrativo instituído pelo Decreto nº 76.900/75, de responsabilidade do Ministério do Trabalho e Emprego, criado com fins operacionais, fiscalizadores e estatísticos. Sua declaração é anual e obrigatória a todos os estabelecimentos existentes no território nacional, independentemente de possuírem ou não empregados. Dado sua cobertura acima de 97% do universo formal, é considerada um censo anual do mercado de trabalho formal. Ela contempla todos os empregados formais celetistas, estatutários, temporários, avulsos, dentre outros.

Operacionalmente, a principal função desse registro administrativo é viabilizar o pagamento dos trabalhadores com direito ao abono salarial. Em 2006, foram identificados 13,904 milhões de trabalhadores com direito ao abono salarial, ante 11,748 milhões em 2005. Estatisticamente, a RAIS contém uma gama enorme de informações, permitindo cruzamentos de variáveis em níveis bastante desagregados, chegando em município (5.625) e classe econômica (673). As informações estatísticas da RAIS permitem dois focos: no estabelecimento e nos empregados. A respeito dos estabelecimentos, existem dados sobre natureza econômica, classificação da atividade econômica, porte, dentre outros. No que diz respeito aos empregados, podem-se obter dados sobre gênero, remuneração, grau de instrução, ocupação, etc.

Cabe ressaltar que no ano de 2006 a RAIS adotou nova classificação de atividade econômica CNAE 2.0, captando a informação pela primeira vez com o nível de desagregação de subclasse. Apesar disso, a divulgação da CNAE 2.0 contemplará apenas os primeiros 5 dígitos (classe). Na visão

da CNAE 1.0, por seu turno, será disponibilizado somente o recorte de seção e divisão, uma vez que a conversão da CNAE 2.0 para a CNAE 1.0 ocasionou ruptura na série histórica de determinados grupos e classes. Aliás, mesmo nos níveis de seção e divisão, recomenda-se cautela na análise e na interpretação das informações. Para mais esclarecimentos, recomendamos ler Nota Técnica nº 073/2007.

Principais Resultados da RAIS - 2006

Em 2006, o Produto Interno Bruto (PIB) apresentou crescimento na ordem de 3,7% mais favorável que o registrado no ano anterior (2,9%), resultante, dentre outros fatores, do aumento da massa salarial e da oferta de créditos. Essa expansão do PIB em 2006 refletiu-se positivamente no mercado de trabalho nesse ano.

De acordo com a RAIS, no ano de 2006, foi gerado 1,917 milhão de empregos formais, o melhor resultado, em números absolutos, da série histórica, iniciada em 1985. Em termos relativos, esse aumento representou uma elevação de 5,77% no estoque de 33,2 milhões em 2005, atingindo o patamar de 35,2 milhões de vínculos empregatícios em 31 de dezembro de 2006. Tais dados foram oriundos da declaração de cerca de 2,834 milhões de estabelecimentos com vínculos empregatícios que, comparativamente ao ano anterior, indicam uma elevação de 4,0%. Em 2006 declararam a RAIS 6,717 milhões de estabelecimentos, sendo 3,883 milhões sem vínculos empregatícios.

TABELA 1

Número de Empregos em 31/12 - Variação Absoluta e Relativa
Brasil - Total de Atividades

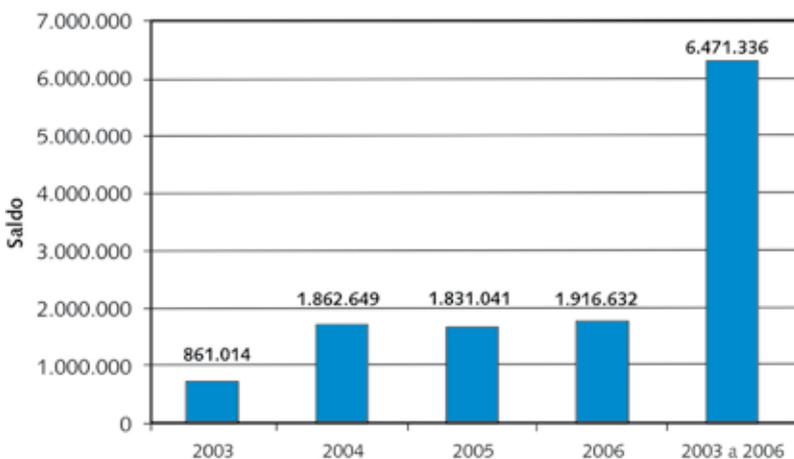
Ano	Número de Empregos	Variação Absoluta	Variação Relativa (%)
1985	20.492.131	-	-
1986	22.164.306	1.672.175	8,16
1987	22.617.787	453.481	2,05
1988	23.661.579	1.043.792	4,61
1989	24.486.568	824.989	3,49
1990	23.198.656	-1.287.912	-5,26
1991	23.010.793	-187.863	-0,81
1992	22.272.843	-737.950	-3,21
1993	23.165.027	892.184	4,01
1994	23.667.241	502.214	2,17
1995	23.755.736	88.495	0,37
1996	23.830.312	74.576	0,31
1997	24.104.428	274.116	1,15
1998	24.491.635	387.207	1,61
1999	24.993.265	501.630	2,05
2000	26.228.629	1.235.365	4,94
2001	27.189.614	960.985	3,66
2002	28.683.913	1.494.299	5,50
2003	29.544.927	861.014	3,00
2004	31.407.576	1.862.649	6,30
2005	33.238.617	1.831.041	5,83
2006	35.155.249	1.916.632	5,77

Fonte: RAIS/MTE.

Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE.

GRÁFICO 1

Evolução da Geração do Emprego - Período: 2003 a 2006
Brasil - Total das Atividades



Fonte: RAIS/MTE.

Do total de empregos criados no ano em análise, segundo a RAIS, 1,535 milhão foram com Carteira assinada e 382 mil estatutários, representando um crescimento de 5,87% e 5,40%, respectivamente, o que confirma a tendência captada tanto pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), no que se refere aos empregos celetistas (+1,228 milhão de empregos ou +4,72%), como pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) com respeito aos dois tipos (+1,265 milhão de empregos CLT ou +4,67% e 404,1 mil estatutários ou +7,35%).

Com relação à remuneração média dos trabalhadores, os dados apontam uma elevação de 5,86%, em termos reais, tomando como referência o mês de dezembro de 2005 e o deflator Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC). Isso possibilitou juntamente com o aumento do emprego em 5,77% uma elevação expressiva da ordem de 11,96% na massa salarial, o maior aumento desse indicador desde 1995, que atingiu o montante de 43,5 milhões em dezembro de 2006.

I. Emprego

Antes de iniciar a análise dos dados por setor de atividade econômica, é importante lembrar que, conforme mencionado no primeiro parágrafo, a RAIS passou a adotar nova classificação de atividade econômica, denominada de CNAE 2.0, cujos resultados devem ser vistos com cautela, pois alguns setores apresentaram mudanças expressivas que não necessariamente significam geração de empregos, mas um melhor reenquadramento.

Nesse sentido, a leitura dos dados da RAIS – 2006 mostra expansão generalizada do nível de emprego em todos os setores de atividade econômica, cabendo destacar, em termos absolutos, os setores de Serviços (+719,1 mil empregos ou +6,84%), a Indústria de Transformação (+461,3 mil empregos ou +7,52%), o Comércio (+325,2 mil empregos ou 5,41%) e a Administração Pública (+177,9 mil empregos ou 2,36%). Com relação à Administração Pública, cabe frisar que esse setor reduziu sua geração de empregos, mas parte dessa retração ocorreu em razão de que alguns estabelecimentos migraram para o setor de Serviços, especialmente para o subsetor de Ensino e Serviços Médicos Odontológicos.

Em termos de crescimento relativo, os melhores desempenhos foram observados nos setores de Extrativa Mineral (+24,14%) e de Construção Civil (+11,89%), ao responderem pelo incremento de 35,6 mil e 148,1 postos de trabalho, respectivamente. No tocante ao setor da Extrativa Mineral, cumpre frisar que esse crescimento deve ser relativizado, uma vez que a área se beneficiou com a migração de estabelecimentos de outros subsetores, particularmente de Indústria Química.

TABELA 2**Número de Empregos em 31/12 - Variação Absoluta e Relativa Brasil - Setores de Atividade Econômica**

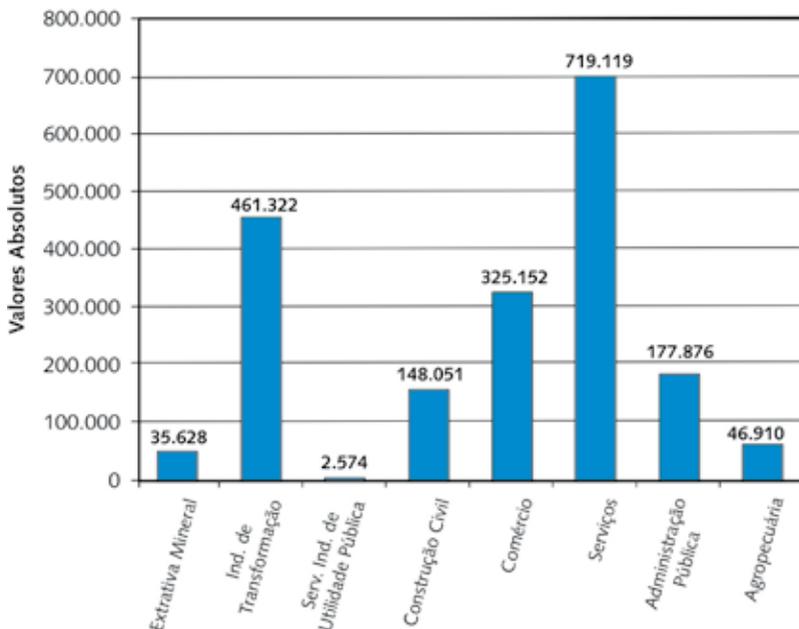
Setor	Número de Empregos		Variação	
	2005	2006	Absoluta	Relativa (%)
Extrativa Mineral	147.560	183.188	35.628	24,14
Indústria de Transformação	6.133.461	6.594.783	461.322	7,52
Serviços Industriais de Utilidade Pública	341.991	344.565	2.574	0,75
Construção Civil	1.245.395	1.393.446	148.051	11,89
Comércio	6.005.189	6.330.341	325.152	5,41
Serviços	10.510.762	11.229.881	719.119	6,84
Administração Pública	7.543.939	7.721.815	177.876	2,36
Agropecuária	1.310.320	1.357.230	46.910	3,58
Total	33.238.617	35.155.249	1.916.632	5,77

Fonte: RAIS/MTE: Decreto nº 76.900/75.

Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE.

GRÁFICO 2

**Varição Absoluta do Emprego Formal, Segundo Setores de Atividade Econômica
Brasil - 2006**



Fonte: RAIS – 2006.

No que diz respeito ao recorte geográfico, os dados evidenciam expansão generalizada do estoque de emprego formal.

Em termos absolutos, os estados que mais geraram empregos foram: São Paulo (+554,4 mil postos, ou +5,68%), Rio de Janeiro (+181,8 mil postos ou +5,70%), Minas Gerais (+151,5 mil postos, ou +4,22%), Paraná (+141,9 mil postos ou +6,73%) e Santa Catarina (+111,5 mil postos, ou +7,50%).

Em termos relativos, os destaques ficaram por conta de Tocantins (9,86%), Maranhão (9,32%) e Pará (9,28%) ao responderem pela geração de 16,7 mil, 37,3 mil e 62,7 mil empregos, respectivamente.

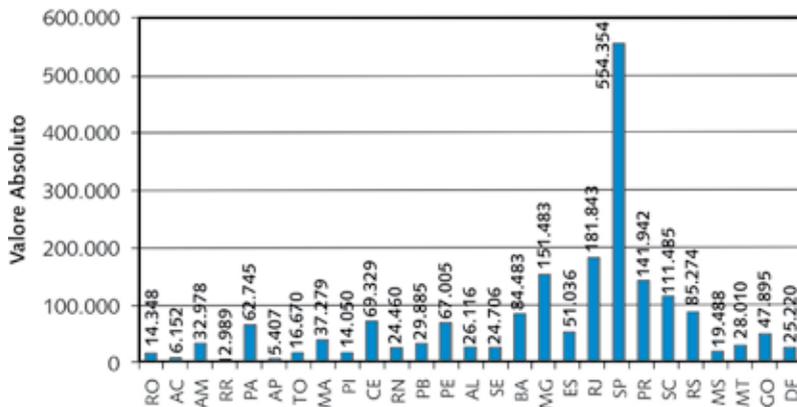
TABELA 3**Varição Absoluta e Relativa do Emprego
Formal Segundo a Unidade da Federação
Brasil - 2006**

UF	Total	
	Varição Absoluta	Varição Relativa
RO	14.348	6,73
AC	6.152	7,75
AM	32.978	8,11
RR	2.989	8,86
PA	62.745	9,28
AP	5.407	7,40
TO	16.670	9,86
MA	37.279	9,32
PI	14.050	5,03
CE	69.329	7,53
RN	24.460	5,43
PB	29.885	7,10
PE	67.005	6,12
AL	26.116	7,11
SE	24.706	8,89
BA	84.483	5,29
MG	151.483	4,22
ES	51.036	7,78
RJ	181.843	5,70
SP	554.354	5,68
PR	141.942	6,73
SC	111.485	7,50
RS	85.274	3,81
MS	19.488	4,65
MT	28.010	5,71
GO	47.895	5,07
DF	25.220	2,83
Total	1.916.632	5,77

FONTES: RAIS – Decreto nº 76.900/75.

Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE.

GRÁFICO 3
Varição Absoluta do Emprego Formal, Segundo as
Unidades da Federação
Brasil - 2006



Fonte: RAIS – MTE.

Ao tomar como referência os dados segundo o grau de instrução, com recorte por gênero, observa-se que os extratos com menor escolaridade (até Ensino Fundamental incompleto) foram os que evidenciaram desempenhos mais desfavoráveis, afetando ambos os sexos com predominância dos trabalhadores cuja escolaridade situa-se no extrato da 4ª série completa (-3,24%), com destaque, em termos relativos, para as mulheres (-3,63% ou -22,0 mil) e, em absolutos, para os homens (-3,10% ou -53,1 mil postos).

Em sentido oposto, os dados evidenciam que as taxas de crescimento mais expressivas ocorreram nos níveis de escolaridade Ensino Médio completo (+11,7%) e Superior incompleto (+10,81%) com incidência em ambos os gêneros. Em termos absolutos, a maior geração de empregos ocorreu no grau de instrução de Ensino Médio completo, tanto para os homens quanto para as mulheres (+755,1 mil e 544,8 mil, respectivamente). Cumpre destacar também a predominância de geração de empregos para as mulheres no grau de instrução Superior completo (164,9 mil ante 73,4 mil dos homens) e Superior incompleto (75,9 mil para as mulheres ante 70,5 mil para os homens).

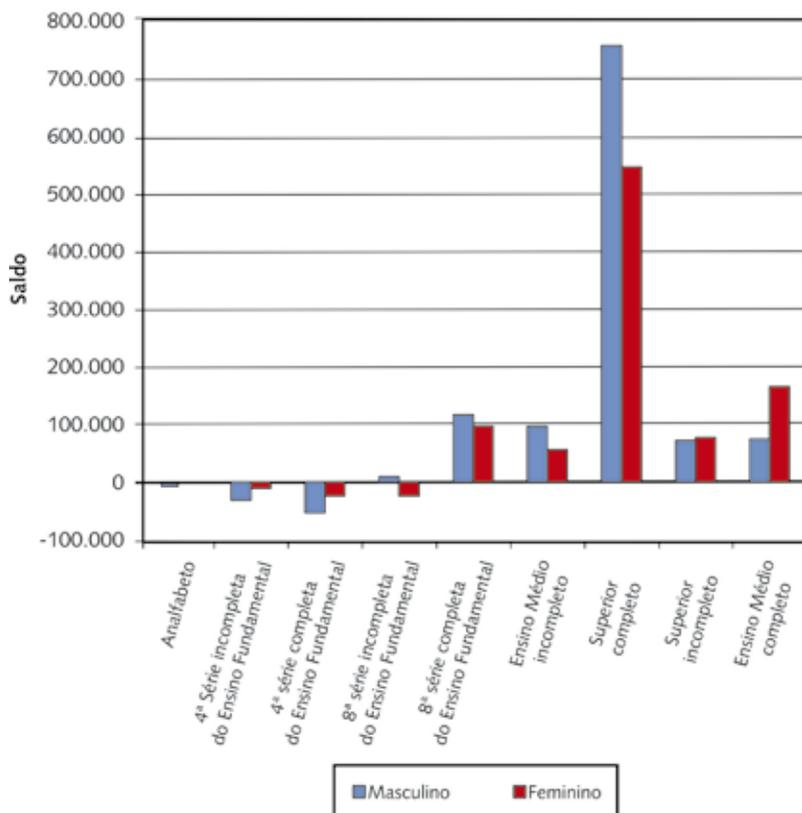
TABELA 4
Número de Empregos Formais, Variação Absoluta e Relativa, Segundo Gênero e Grau de Instrução
Brasil - 2005 e 2006

Grau de Instrução	2005			2006			Variação Absoluta		Variação Relativa			
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total			
	Analfabeto	208.757	47.284	256.041	203.295	47.435	250.690	-5.502	151	-5.351	-2,64	0,32
4ª série incompleta do Ensino Fundamental	1.257.580	364.532	1.622.112	1.227.317	354.671	1.581.988	-30.263	-9.861	-40.124	-2,41	-2,71	-2,47
4ª série completa do Ensino Fundamental	1.713.116	607.067	2.320.183	1.660.019	585.022	2.245.041	-53.097	-22.045	-75.142	-3,10	-3,63	-3,24
8ª série incompleta do Ensino Fundamental	2.492.995	968.122	3.461.117	2.503.134	946.666	3.449.800	10.139	-21.456	-11.317	0,41	-2,22	-0,33
8ª série completa do Ensino Fundamental	3.583.499	1.622.708	5.206.207	3.699.736	1.719.284	5.419.020	116.237	96.576	212.813	3,24	5,95	4,09
Ensino Fundamental	1.877.305	1.000.334	2.877.639	1.974.296	1.054.645	3.028.941	96.991	54.311	151.302	5,17	5,43	5,26
Ensino Médio incompleto	5.924.415	5.189.016	11.113.431	6.679.517	5.733.776	12.413.293	755.102	544.760	1.299.862	12,75	10,50	11,70
Superior incompleto	642.168	711.390	1.353.558	712.623	787.247	1.499.870	70.455	75.857	146.312	10,97	10,66	10,81
Superior Completo	2.132.276	2.896.053	5.028.329	2.205.648	3.060.958	5.266.606	73.372	164.905	238.277	3,44	5,69	4,74
Total	19.832.111	13.406.506	33.238.617	20.865.545	14.289.704	35.155.249	1.033.434	883.198	1.916.632	5,21	6,59	5,77

Fonte: RAIS/MTE.

Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE.

GRÁFICO 4
Evolução do Saldo do Emprego,
Segundo Gênero e Grau de Instrução
Brasil - 2006



Fonte: RAIS/MTE.

Os dados relativos à faixa etária apontam que, com exceção da compreendida entre 16 e 17 anos, que registrou declínio de 2,07% no estoque de empregos ou -6.506 postos, as demais faixas etárias apresentaram elevação no contingente de trabalhadores formais. Em termos relativos, o maior aumento ocorreu para a faixa etária de 50 a 64 anos (+9,77%), seguido daquela de 25 a 29 anos (7,63%). Em números absolutos, a maior geração de empregos foi observada na faixa etária de 30 a 39 anos (+482,7 mil postos), de 25 a 29 (+436,5 mil) e de 40 a 49 anos (+433,4 mil postos).

TABELA 5

Número de Empregos Formais, Variação Absoluta e Relativa, Segundo Faixa Etária Brasil - 2005 e 2006

Faixa Etária	2005	2006	Variação Absoluta	Variação Relativa (%)
De 16 a 17 anos	314.314	307.808	-6.506	-2,07
De 18 a 24 anos	6.078.711	6.265.835	187.124	3,08
De 25 a 29 anos	5.720.014	6.156.466	436.452	7,63
De 30 a 39 anos	9.679.275	10.161.965	482.690	4,99
De 40 a 49 anos	7.384.324	7.817.748	433.424	5,87
De 50 a 64 anos	3.798.220	4.169.286	371.066	9,77
65 anos ou mais	243.537	258.397	14.860	6,10
Total	33.238.617	35.155.249	1.916.632	5,77

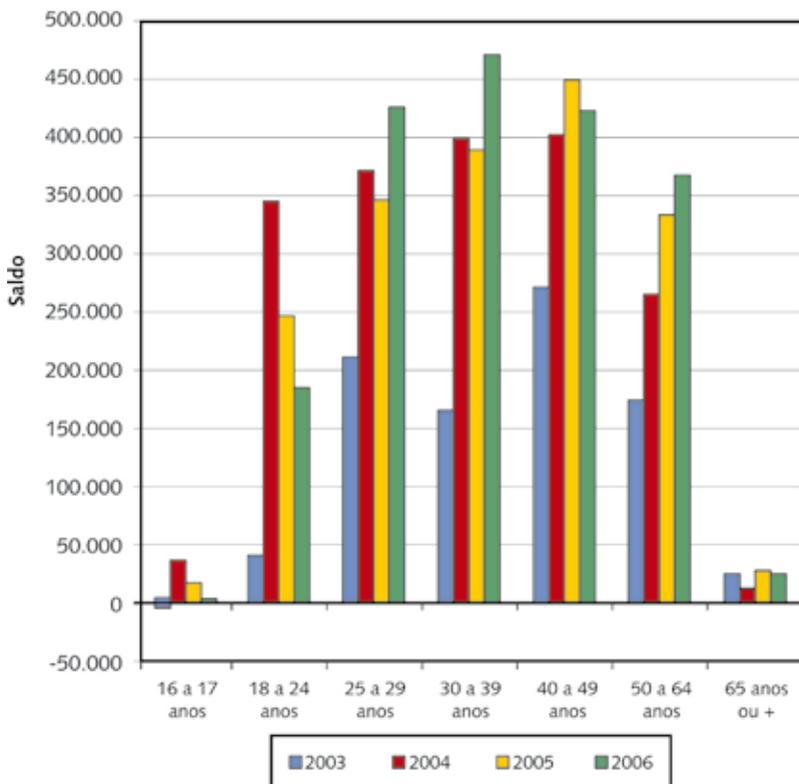
Fonte: RAIS/MTE - Decreto nº 76.900/75.

Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE.

Obs.: No total estão incluídos os ignorados.

GRÁFICO 5

Evolução do Saldo do Emprego, Segundo Faixa Etária
Brasil - Período: 2003 a 2006



Fonte: RAIS/MTE.

Com relação aos dados por tamanho do estabelecimento, verifica-se que todas as faixas apresentaram expansão, cabendo destacar aquelas com estabelecimentos com mais de 1.000 empregos (+7,13% ou +613,3 mil empregos, melhor desempenho em termos relativos e absolutos) e os que tinham de 500 a 999 vínculos ativos (+6,42%, a segunda maior taxa de crescimento, ou +185,8 mil postos). Em termos absolutos, a segunda e a terceira maiores gerações de emprego ocorreram nas faixas de 100 a 249 vínculos ativos (+212,4 mil ou +6,10%) e de 20 a 49 vínculos ativos (+211,1 mil ou +5,56%).

TABELA 6

Número de Empregos Formais e Estabelecimentos, Variação Absoluta e Relativa, Segundo Tamanho do Estabelecimento Brasil - 2005 e 2006

Tamanho do Estabelecimento	2005	2006	Variação Absoluta	Variação Relativa (%)
Até 4 vínculos ativos	3.000.624	3.110.988	110.364	3,68
De 5 a 9 vínculos ativos	2.770.157	2.880.734	110.577	3,99
De 10 a 19 vínculos ativos	3.046.771	3.199.514	152.743	5,01
De 20 a 49 vínculos ativos	3.799.402	4.010.532	211.130	5,56
De 50 a 99 vínculos ativos	2.675.306	2.812.360	137.054	5,12
De 100 a 249 vínculos ativos	3.484.508	3.696.936	212.428	6,10
De 250 a 499 vínculos ativos	2.967.526	3.150.686	183.160	6,17
De 500 a 999 vínculos ativos	2.894.893	3.080.722	185.829	6,42
1.000 ou mais vínculos ativos	8.599.430	9.212.777	613.347	7,13
Total	33.238.617	35.155.249	1.916.632	5,77

Fonte: RAIS/MTE.

Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE.

II. Remuneração

Com relação aos dados sobre os rendimentos médios dos trabalhadores, com recorte por Unidade da Federação, observa-se uma elevação generalizada, com variações que oscilam entre 2,69% em São Paulo e 17,87% no Distrito Federal, resultando no aumento real médio de 5,86%, comparativamente ao ano anterior (deflator INPC), o maior da série histórica desse indicador desde 1996.

TABELA 7**Remuneração Média de Dezembro, em Reais, a Preços de Dez./2006¹
Brasil - 2005 e 2006**

Unidade da Federação	2005	2006	Variação Relativa (%)
RO	1.065,38	1.123,05	5,41
AC	1.092,02	1.253,58	14,79
AM	1.216,74	1.284,57	5,58
RR	1.298,80	1.505,55	15,92
PA	887,83	969,65	9,22
AP	1.342,32	1.535,43	14,39
TO	952,02	1.034,21	8,63
MA	821,86	884,01	7,56
PI	800,38	884,34	10,49
CE	799,05	861,72	7,84
RN	841,22	949,28	12,85
PB	782,33	852,21	8,93
PE	864,82	927,25	7,22
AL	801,36	888,70	10,90
SE	991,04	1.060,17	6,98
BA	923,99	982,46	6,33
MG	929,48	1.006,04	8,24
ES	1.007,46	1.081,21	7,32
RJ	1.322,99	1.400,21	5,84
SP	1.405,29	1.443,05	2,69
PR	1.047,98	1.098,44	4,82
SC	1.036,82	1.082,81	4,44
RS	1.169,47	1.225,59	4,80
MS	988,07	1.105,98	11,93
MT	907,06	1.014,41	11,83
GO	905,67	981,30	8,35
DF	2.349,64	2.769,58	17,87
Total	1.167,81	1.236,19	5,86

Fonte: RAIS – Decreto nº 76.900/75.

Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE.

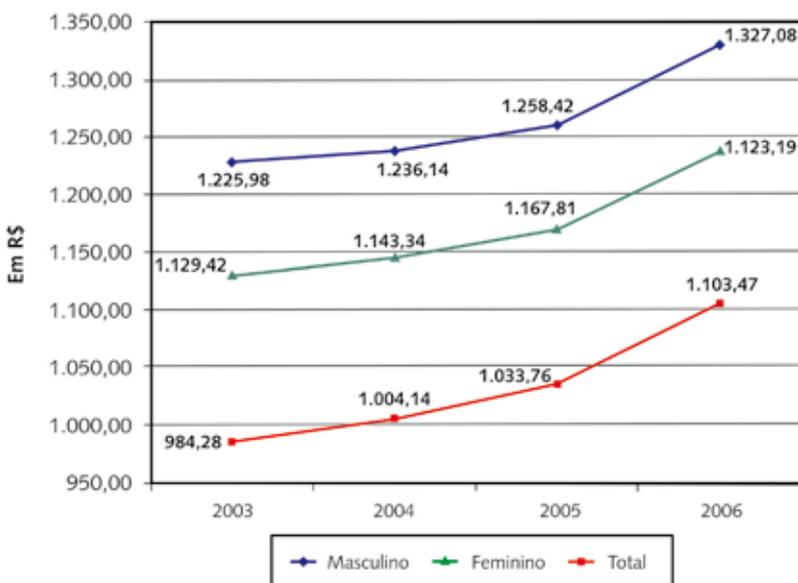
Nota: ¹ Deflator INPC.

A análise dos valores dos rendimentos percebidos pelos trabalhadores por nível geográfico, à semelhança do que vem apontando outras fontes de informação, mostra um Brasil que convive com diferenças ex-

pressivas nos rendimentos médios entre as Unidades da Federação que, segundo a RAIS, variam de R\$ 852,21 no estado da Paraíba a R\$ 2.769,58 no Distrito Federal, um diferencial de 225%.

Os dados segundo gênero apontam que o rendimento médio da mulher continua se elevando gradativamente em relação ao percebido pelos homens. Em 2004, o rendimento médio da mulher equivalia a 81,2% da remuneração média do homem; em 2005, este percentual elevou-se para 82,1%; e, em 2006, atingiu 83,2%. A elevação observada em 2006 reflete o aumento real de 6,74% nos rendimentos das trabalhadoras, superior ao obtido pelos homens (5,46%).

GRÁFICO 6
Evolução do Rendimento Médio Real*, em 31/12, Segundo Gênero
Brasil - Período: 2003 a 2006



Fonte: RAIS/MTE.

Obs.: *Deflacionado pelo INPC/IBGE.

Quando se tomam como referência os dados de rendimento segundo gênero com desagregação por nível de instrução, percebe-se que em todos os níveis o aumento real da remuneração média feminina supera o obtido pelos homens. Contudo, o rendimento médio feminino continua em patamar inferior ao auferido pelos trabalhadores masculinos, particularmente no grau de instrução superior completo, cuja representatividade atinge 57,19%. Essa participação não pode ser atribuída na sua totalidade a diferenças na jornada, visto que a média masculina de horas contratadas nesse nível de instrução é de 36,46 horas, e a feminina é de 34,5.

TABELA 8

Remuneração Média de Dezembro, em Reais, a Preços de Dez./2006¹
Brasil - 2005 e 2006

Grau de Instrução	2005			2006			Variação Relativa		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
	Analfabeto	481,42	394,10	465,30	528,17	436,19	510,76	9,71	10,68
4ª série incompleta do Ensino Fundamental	649,98	488,19	613,62	694,97	528,31	657,61	6,92	8,22	7,17
4ª série completa do Ensino Fundamental	751,13	509,45	687,89	777,28	533,68	713,80	3,48	4,76	3,77
8ª série incompleta do Ensino Fundamental	753,69	519,60	688,21	785,94	542,47	719,13	4,28	4,40	4,49
8ª série completa do Ensino Fundamental	831,28	578,24	752,41	868,09	619,28	789,15	4,43	7,10,	4,88
Ensino Médio incompleto	800,29	589,72	727,09	834,72	631,46	763,95	4,30	7,08	5,07
Ensino Médio completo	1.172,28	794,56	995,91	1.211,13	833,50	1.036,70	3,31	4,90	4,10
Superior incompleto	1.930,50	1.196,77	1.544,87	1.979,85	1.261,57	1.602,84	2,56	5,41	3,75
Superior completo	3.849,18	2.191,80	2.894,61	4.131,18	2.362,51	3.103,23	7,33	7,79	7,21
Total	1.258,43	1.033,76	1.167,81	1.327,08	1.103,47	1.236,19	5,46	6,74	5,86

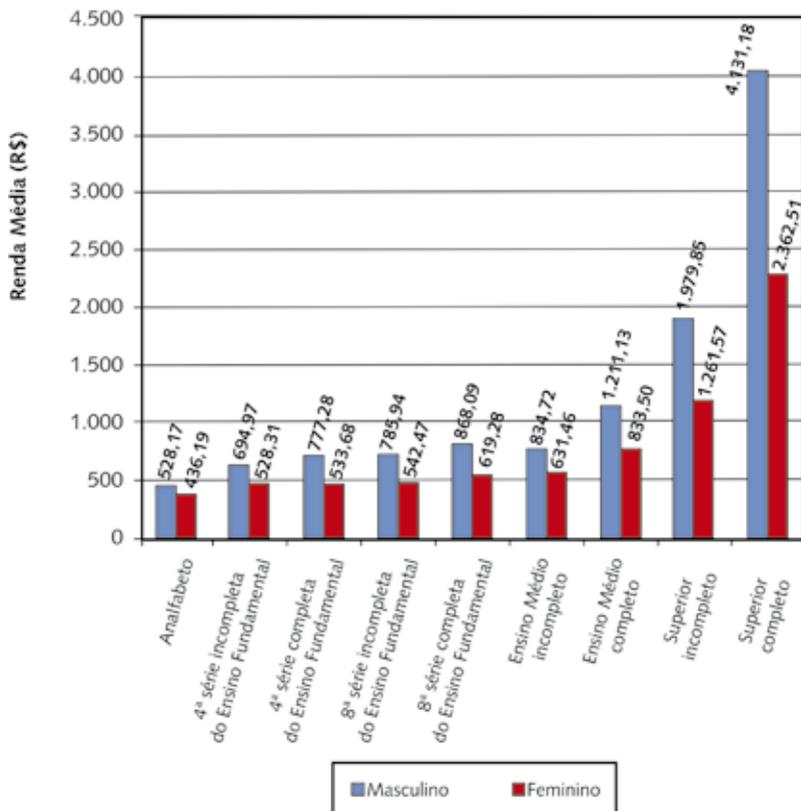
Fonte: RAIS – Decreto nº 76.900/75.

Elaboração: CGEIT/DES/SPPE/MTE.

Nota: ¹ Deflador INPC.

GRÁFICO 7

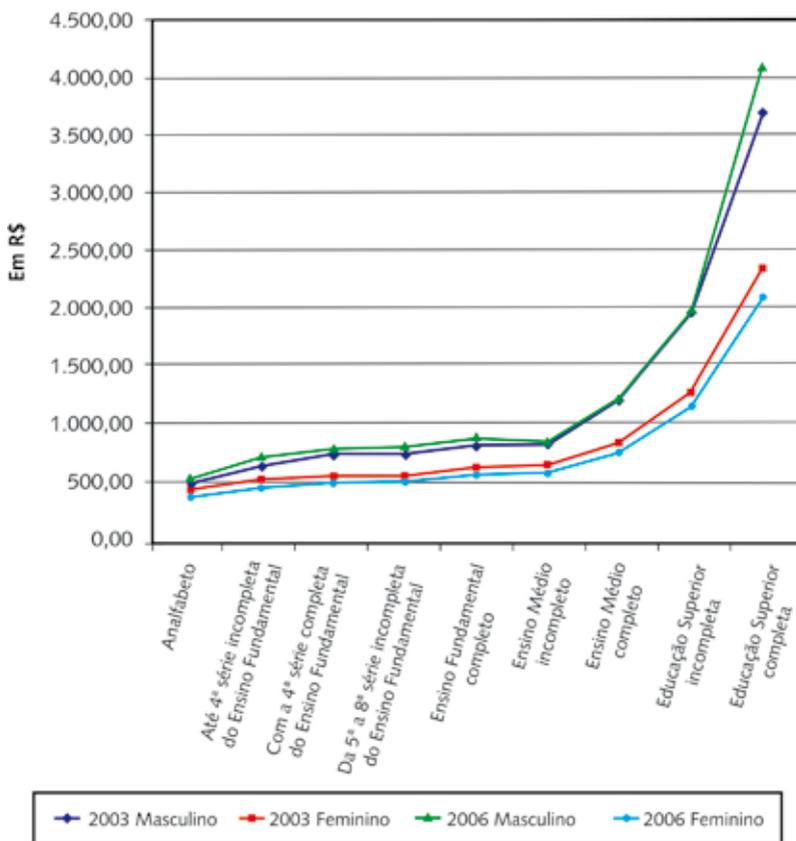
Remuneração Média, Segundo Gênero e Grau de Instrução
(Preços de Dezembro de 2006)
Brasil - 2006



Fonte: RAIS/MTE.

GRÁFICO 8

Evolução do Rendimento Médio Real*, em 31/12, Segundo o Grau de Instrução por Gênero
Brasil - Período: 2003 a 2006



Fonte: RAIS/MTE.

Obs.: *Deflacionado pelo INPC/IBGE.

Quanto aos dados dos rendimentos médios por subsetor de atividade econômica, nota-se uma elevação quase generalizada, porém permeada de uma grande heterogeneidade de comportamento. Temos, de um lado, a Extrativa Mineral evidenciando um valor máximo de aumen-

to real (46,69%), que deve ser relativizado pelos motivos relacionados à mudança da CNAE já mencionados, que implicou a incorporação de trabalhadores de outros segmentos com salários mais altos, especialmente, oriundos da Indústria Química, seguido da Administração Pública Direta e Autárquica (+11,63%). Do outro lado, temos a Indústria Química, que registrou uma redução no rendimento médio (-1,72%), justificada, em grande parte, pela migração dos empregos desse setor com salários mais altos para a Extrativa Mineral.

TABELA 9

**Remuneração Média de Dezembro, em Reais, a Preços de Dez./2006¹
Brasil - 2005 e 2006**

Subsetor de Atividade Econômica	2005	2006	Variação Relativa (%)
Extrativa mineral	2.206,33	3.236,44	46,69
Indústria de produtos minerais não-metálicos	885,67	935,80	5,66
Indústria metalúrgica	1.386,72	1.431,24	3,21
Indústria mecânica	1.700,02	1.717,35	1,02
Indústria do material elétrico e de comunicações	1.561,24	1.570,63	0,60
Indústria do material de transporte	2.319,64	2.352,37	1,41
Indústria da madeira e do mobiliário	704,13	751,35	6,71
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	1.460,08	1.528,81	4,71
Indústria da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. diversas	1.169,64	1.217,56	4,10
Indústria química de produtos farmacêuticos, veterinários	1.916,24	1.883,27	-1,72
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	698,03	721,26	3,33
Indústria de calçados	620,05	641,83	3,51
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	854,10	898,90	5,25
Serviços industriais de utilidade pública	2.286,50	2.319,03	1,42
Construção civil	885,67	898,60	1,46

Continua

Continuação

Comércio varejista	689,05	721,83	4,76
Comércio atacadista	1.110,44	1.172,12	5,55
Instituições de crédito, seguros e capitalização	3.158,07	3.106,60	-1,63
Com. e administração de imóveis, valores mobiliários	1.067,42	1.090,51	2,16
Transportes e comunicações	1.219,87	1.221,44	0,13
Serv. de alojamento, alimentação, reparação, manutenção	750,46	791,25	5,44
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	1.051,75	1.111,62	5,69
Ensino	1.507,36	1.535,14	1,84
Administração pública direta e autárquica	1.545,23	1.724,90	11,63
Agricultura, silvicultura e criação de animais	589,45	621,61	5,46
Total	1.167,81	1.236,19	5,86

Fonte: RAIS – Decreto nº 76.900/75.

Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE.

Nota: ¹ Deflator INPC.

Da análise setorial depreende-se também que, à semelhança do recorte por UF, existem diferenças marcantes entre as próprias remunerações médias, com picos no setor Extrativa Mineral (R\$ 3.236,44) e no subsetor das Instituições de Crédito, Seguros e Capitalização (R\$ 3.106,60) e com valores mínimos no setor da Agropecuária (R\$621,61) e na Indústria de Calçados (R\$641,83). Esse tipo de comportamento reflete a heterogeneidade peculiar do nosso País.

Os dados relativos à massa salarial mostram aumento real expressivo da ordem de 11,97% entre os anos de 2006 e 2005, tomando-se como referência a posição de dezembro de cada ano. Essa variação percentual é a maior já registrada desde 1996. A elevação foi oriunda da expansão dos rendimentos médios de 5,86% e da elevação do emprego formal de 5,77%.

No que se refere às informações por tamanho de estabelecimentos, percebem-se ganhos reais expressivos em todos os extratos, com destaque para os extremos, ou seja, naqueles que possuíam 1.000 ou mais vínculos empregatícios ativos (+8,21%) e naqueles com até quatro vínculos ativos (+5,45%). O menor aumento ocorreu nos estabelecimentos que possuíam entre 50 a 99 (+2,84%) e entre 100 a 249 vínculos (2,85%) empregatícios em 31 de dezembro.

TABELA 10

**Remuneração Média de Dezembro, em Reais, a Preços de Dez./2006¹
Brasil - 2005 e 2006**

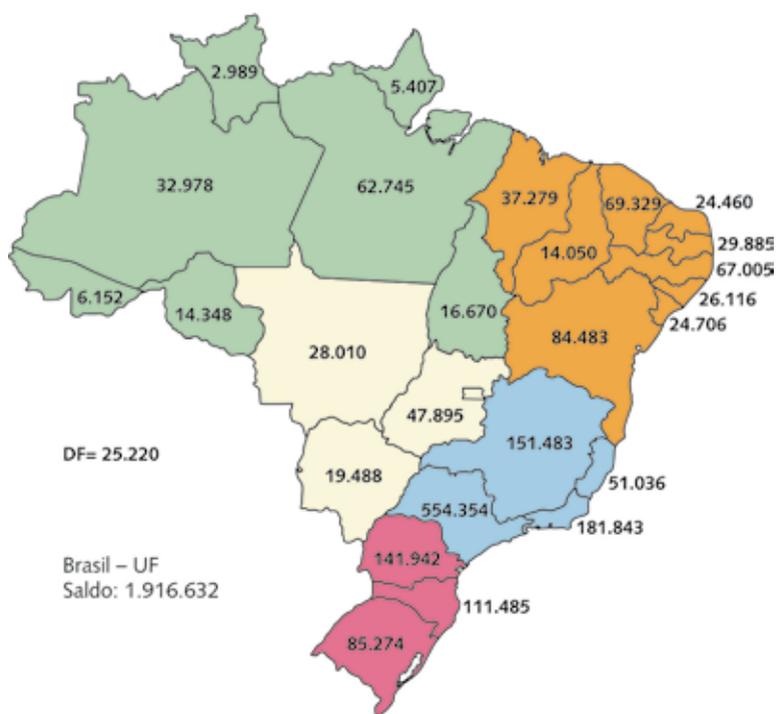
Tamanho do Estabelecimento	2005	2006	Varição Relativa (%)
Até 4 vínculos ativos	563,06	593,76	5,45
De 5 a 9 vínculos ativos	684,72	717,27	4,75
De 10 a 19 vínculos ativos	808,49	835,74	3,37
De 20 a 49 vínculos ativos	933,87	961,96	3,01
De 50 a 99 vínculos ativos	1.059,69	1.089,81	2,84
De 100 a 249 vínculos ativos	1.224,83	1.259,74	2,85
De 250 a 499 vínculos ativos	1.301,35	1.367,70	5,10
De 500 a 999 vínculos ativos	1.418,10	1.486,37	4,81
1.000 ou mais vínculos ativos	1.645,29	1.780,43	8,21
Total	1.167,81	1.236,19	5,86

Fonte: RAIS - Decreto nº 76.900/75.

Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE.

Nota: ¹ Deflator INPC.

Variação Absoluta do Emprego Formal - 2006



Variação Relativa (%) do Emprego Formal - 2006

